

# Largo São Francisco marca presença nas negociações



O presidente da UDR, Ronaldo Caiado (terceiro da esq. para a dir.) se reúne com parlamentares do Centrão e juristas na biblioteca da Câmara dos Deputados

Lula Marques

**BOB FERNANDES**  
Do Sucursal de Brasília

Na guerra das palavras que marcou a busca de um acordo para a reforma agrária, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco (ligada à Universidade de São Paulo), acima de divergências partidárias ou ideológicas, se impôs. Até onde o acordo conseguiu caminhar, tiveram papel fundamental os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho, 53, pela UDR, José Afonso da Silva, 64, pela liderança do PMDB, e Miguel Reale Júnior, 44, também pelo PMDB.

Gonçalves, titular de Direito Constitucional, explicava no início da noite sua participação e de seus colegas Afonso (Direito Tributário) e Reale (Direito Penal). "Eu conheço o Afonso há 35 anos e o Reale nos conhece desde menino. Vimos que a coisa estava embotada, em sua maior parte por questões meramente semânticas. Então, nós três, conversando, fomos achando as posições consensuais".

Antes de chegar ao consenso, onde foi possível chegar, Gonçalves estimulou o dissenso. As 11h50, enquanto na sala da liderança do PMDB o senador Mario Covas comandava a compatibilização de um texto de seu partido e dos partidos à esquerda (PT, PDT, PCB, PC do B, PSB), na Biblioteca da Câmara, a UDR se reunia. O deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) deixou a sala de reunião e sentou-se à mesa com Gonçalves. Este, debruçado sobre um texto de negociação, atacou: "Cuidado. O máximo da sacanagem é isto de sanções progressivas, não aceitem isto porque vocês vão arranjar sarna". Risca o termo, Gonçalves prosseguiu: "Tirando um ou outro Constituinte, a maior parte não sabe nem o que fala nem o que escreve".

Já em pé, disse: "Ontem, por exemplo, acabaram com a propriedade urbana, e olha que o texto é do Centrão. Coisa de quem não sabe o que escreve. Já pensou se um prefeito louco levar tudo ao pé da letra?", indagou, antes de arrematar: "Acabei de chegar de São Paulo e deu vontade de chorar. Tem um texto aqui que começa com 'requisito' e acaba com 'requisito'. Com o silêncio crescente à sua volta, Gonçalves perguntou: "Isso é obra da Sandra Cavalcanti, PFL-RJ?" "Não sei" respondeu Reale Júnior. "Ela é professora de quê?" perguntou e Reale repetiu: "Não sei".

Gonçalves, antes de deixar a biblioteca ainda afirmou: "Certamente a Sandra deve ser professora de matemática, porque de português não é". Reiniciada a sessão de acordos, na sala de Covas, Gonçalves trabalhou, e muito, pelo acordo, segundo testemunho do colega José Afonso da Silva: "O Maneco ajudou muito".

Ajudou diante de uma proposta redigida por Reale, depois de consulta ao deputado Jorge Hage (PMDB-BA). Então, Gonçalves aprovou a fórmula que trata da "função social" da terra. Antes disso, para se chegar a um texto-base para as negociações, operou o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ). As 11h30, em seu gabinete, no 4º andar do anexo IV, conhecido por "Serra Pelada", Ronaldo César recebeu o presidente da UDR, Ronaldo Caiado.

Depois desta conversa, Ronaldo César foi ao Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho. Eram 13h e Ronaldo aprontava o texto-base. Naquele momento, em seu gabinete, o líder Mario Covas avaliava a manhã de negociações: "O problema não está aqui, está lá fora". Referia-se, sem citar, à UDR. Caiado, no restaurante do Senado, antes de setar-se para almoçar cumprimentou, de mesa em mesa, parlamentares e jornalistas. Na sobremesa, pede: "Eu quero ir pro voto".

O que se procurou evitar durante o resto da tarde. As 15h30, mais de 200 pessoas, em grande maioria líderes da UDR, apinhavam-se na ante-sala de Covas. Dentro da sala, mais de quarenta parlamentares, os três juristas e, soberano em cima da mesa, o resumo do dia: uma edição do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda.

Quando, pela terceira vez, o Aurélio foi consultado, às 16h o líder Covas indagou, provocando risos: "Esse Aurélio é Constituinte?". Não, como não eram outros que, à porta da sala de reuniões, aguardavam notícias. Atores e atrizes, em busca de apoio para a regionalização da produção artística, fascinaram-se com a efervescência no ambiente.

Aguardando Covas, para pedir informações sobre o Sistema Financeiro, próxima votação, estava o vice-presidente do Bradesco, Carlos Mota: "Temos que ficar atentos. O Fernando Gasparian (PMDB-SP) quer tabelar os juros em no máximo 12%. Ronaldo Caiado, saudado pelos gritos de "viva nosso presidente", chega à liderança do PMDB, acompanhado por fazendeiros.

O bem cortado terno azul-marinho do médico, especializado em cirurgia da coluna no Hospital Pitie Salpêtrière, Paris, no idos de 77/78, destoa dos trajes dos fazendeiros. Nele, é evidente o descompasso entre a roupa e o usuário, quase sempre maior, ou muito menor, que a calça e o paletó ou a gravata. A chegada de Caiado ao gabinete de Covas é um marco e emblema da Constituinte.

O Senador Covas sabe que, ao longo de um ano, em suas mais de 140 viagens pelo país, Ronaldo Caiado, chamou-o de "comunista". Ontem, pela primeira vez, o presidente da UDR foi ao gabinete do líder, alvoroçando fotógrafos e cinegrafistas. O alvoroço aumentou às 16h30 quando o deputado Afif Domingues (PL-SP) saiu da sala anunciando: "Está quase nascendo". O que nascia ainda era a primeira parte do acordo. faltava definir a questão da propriedade.

"Aceitamos, desde que não vincule a propriedade à função social", adianta Caiado. O líder do Centrão, Ricardo Fiúza (PFL-PE) passa por Caiado que grita "Ói, deputado". Fiúza responde: "Salve, patrão". Fiúza tenta uma proposta conciliatória na reunião. O deputado José Egreja (PTB-SP), outro negociador pelo Centrão e UDR, ataca: "Isto foi um rasgo de infelicidade, Fiúza". José Genoíno (PT-SP) provoca: "Não, isto foi uma flexão democrática. Fiúza".

São 16h54. O tempo vai ficando curto para um acordo total. No plenário, parlamentares se revezam na tribuna: "Não haverá acordo", diz Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Celso Dourado (PMDB-BA) pede: "A nação quer um acordo". Nelson Jobim (PMDB-RS) deixa a sala de reuniões e vai ao banheiro. O tempo está curto. Seu assessor vai atrás, consultando-o sobre "leis complementares".

O clima de grande feira amplia-se. Chegam os presidentes da Contag, José Francisco da Silva e da Associação Brasileira de Reforma Agrária, José Gomes da Silva. Encontros constrangedores se tornam inevitáveis. Roberto Rodrigues, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, com 1 milhão e 200 mil filiados, se vê diante do opositor Gomes da Silva. Falam sobre a criação de peixes "Pacú e Tambaqui".

Caiado, sentado na mesa de uma sala auxiliar do gabinete de Covas, faz frase: "Não quero acordo". A frase faria sentido se não estivesse sendo dita no gabinete do líder do PMDB que, dentro da sala, às 18h40, encerra a reunião dizendo: "Vamos recomeçar amanhã às 9h. Eu quero o acordo". Do lado de fora, Caiado diz: "Eu quero ir pro voto".

## Constituintes recorrem ao uso do dicionário

Da Sucursal de Brasília

Pouco depois das 15h30, José Lucena Dantas, assessor-técnico do líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), deixa apressado a sala de reuniões. Vai à sua estante e volta com o dicionário "Aurélio", pedido pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). Começam as consultas sobre os três principais termos do dia:

O termo "simultâneo", que dominou a manhã e parte da tarde de ontem, segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, é o "que ocorre ou é feito ao mesmo

tempo ou quase ao mesmo tempo que outra coisa; concomitante".

### Propriedade

O verbete "propriedade" diz: "(...)Direito de usar, gozar e dispor de bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua. Bens sobre os quais se exerce este direito".

O terceiro termo do dia, "função", deve ter dado muito trabalho aos parlamentares. Suas acepções ocupam metade das páginas 819 e 820 do Aurélio. os parlamentares demonstraram interesse especial, no caso, pela designação "utilidade, serventia, uso".



Miguel Reale Jr., Cardoso e Sandra Cavalcanti no corredor do Congresso

Lula Marques



Alysson Paulinelli (à esq.) e o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Lula Marques